

Ata da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária realizada no dia 28 de Setembro de 2015 -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de Setembro de dois mil e quinze, no auditório dos Paços do Município de Alpiarça, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alpiarça cuja Mesa foi composta pelo seu presidente: Fernando Rodrigues Louro e pelos 1.º e 2.º secretários, respetivamente: Júlio Manuel Fernandes Pratas e João Pedro Antunes Osório, eleitos pela CDU-(PCP/PEV). -----

----- Para além dos membros da Mesa, compareceram nesta assembleia os seguintes deputados municipais: Ana Paula Agostinho Matias, Liliana dos Santos Carapinha, Marco António Heleno Domingos da Silva, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, João Pedro Lopes Silva, Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontaínhas Amorim Cardigo, eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Daniel Filipe Martins Coelho, Luís Miguel Gomes Sá Pereira e Tiago Carvalho Rodrigues, eleitos pelo Partido Socialista (PS), Mário Raul Santiago do Céu, Maria Gabriela Saturnino Pinhão da Silva Coutinho e Paulo Duarte Sardinheiro, eleitos pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Marcaram ainda presença: o Sr. Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eleito pela CDU-(PCP/PEV), bem como Srs. Vereadores João Pedro Costa Arraiolos, eleito pela CDU-(PCP/PEV) e Francisco José Saturnino Cunha eleito pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT); -----

----- **A Ordem de Trabalhos** proposta na convocatória foi a seguinte: -----

----- **Ponto 1** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto 2** - Apreciação e votação da Proposta de deliberação sobre a Aprovação Final da Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana (ARU) 1 de Alpiarça - Proposta de Deliberação. Município de Alpiarça. -----

----- **Ponto 3** - Apreciação e votação da Proposta de Deliberação sobre Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana (ARU) 3 de Alpiarça - Proposta de Deliberação – Município de Alpiarça. -----

----- **Ponto 4** - Apreciação e votação de reconhecimento do interesse Público Municipal para exploração da Atividade Pecuária – criação de cavalos “Lusitanos d'Atela”.

- Informação n.º 34/2015 de 21 setembro – GT – Eng. José Portugal. -----

----- **Ponto 5** - Apreciação e votação do regulamento para atribuição de bolsas de estudo para estudantes do ensino superior do concelho de Alpiarça. -----

----- **Ponto 6** - Discussão e votação das atas da Assembleia Municipal de 24 de Abril, 30 de Abril, 29 de Junho e 15 de Julho de 2015. -----

----- **Ponto 7** - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão eram vinte e uma horas e cinco minutos, começando por cumprimentar todos os presentes e informando que está ausente na bancada da CDU-PCP/PEV por ter pedido a suspensão do mandato, o Sr. Deputado Henrique Miguel Caetano Santana, que foi substituído por Liliana dos Santos Carapinha, da mesma bancada. Que estão ausentes da bancada do Partido Socialista, por terem pedido a suspensão do mandato: Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Vera Paula Sanfona Cavaca de Assunção, Vera Cristina Melgado Capitão Ramiro e Tiago Manuel Fragoso Bento Machacaz, tendo os dois primeiros deputados sido substituídos, respetivamente, por Daniel Filipe Martins Coelho e Tiago Carvalho Rodrigues, da mesma bancada. -----

----- **1.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao primeiro período de intervenção do público, começando por dar a palavra ao senhor munícipe Eduardo Costa, que se inscreveu para falar sobre o IMI e sobre um incidente na Assembleia de Freguesia. O munícipe começou por afirmar que o IMI está a ser cobrado em Alpiarça pela taxa mínima ou seja 0,3%, considerou que esta receita tem estado sempre a aumentar, tendo tido um aumento de 66% em quatro anos e que em 2014 houve um aumento de 50.000 euros e que portanto há uma almofada financeira para tomar decisões. Nessa conformidade, o munícipe perguntou se o Executivo tinha a intenção de dar cumprimento à última lei do Orçamento de Estado, na parte que prevê que a taxa de IMI tenha uma redução substancial para as famílias com filhos. Questionou também, se o Sr. Presidente da Assembleia teria a coragem de recusar qualquer

2/22

proposta vinda da Câmara que não salvasse este interesse que é da mais elementar justiça. Concretamente sobre o incidente na Assembleia de Freguesia, informou que na última Assembleia de Freguesia foi ostensivamente interrompido pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, que não o deixou formular uma pergunta da maneira como o estava a fazer, que era a fundamentação do assunto, o seu enquadramento legal para demonstrar a ilegalidade e finalmente um pedido de esclarecimento. O munícipe considerou esta metodologia usada pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, uma forma de comportamento antidemocrático, por condicionar a maneira como a pergunta estava a ser exposta e deixou à consideração do Sr. Presidente da Assembleia e das várias bancadas, a concordância ou não com este comportamento. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia em resposta ao munícipe disse que deixaria o assunto do IMI para o Sr. Presidente da Câmara. Já em relação ao incidente que teria acontecido na Assembleia de Freguesia, informou o munícipe que nem a Câmara, nem a Assembleia Municipais, têm qualquer tutela hierárquica sobre os atos da Assembleia de Freguesia, como tal da sua parte o assunto morreria ali, até porque não está presente o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia para exercer o contraditório. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e em resposta à solicitação do munícipe, relativamente ao IMI, disse que não veio hoje à Assembleia Municipal qualquer proposta para apreciação sobre a taxa a aplicar no IMI. É um assunto que virá num futuro próximo a esta Assembleia que será a seu tempo decidido, como aliás já foi dito ao mesmo munícipe na reunião de câmara onde esteve presente e onde colocou questão idêntica, tendo obtido resposta muito semelhante. -----

----- Quanto ao aludido incidente ocorrido na Assembleia de Freguesia, disse concordar plenamente com o que foi respondido pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acrescentando que o Eng.º Ricardo Hipólito, Presidente da mesma, é uma pessoa bem conhecida em Alpiarça, que tem uma imagem completamente oposta à que foi aqui desenhada pelo munícipe Eduardo Costa. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu início a este período, -----

----- O Sr. Deputado Daniel Coelho chamou a atenção para um vidro do Posto de Turismo que já está partido há vários meses e que nunca mais foi substituído. Abordou

ainda a visível deterioração do exterior do Novo Auditório do Museu dos Patudos, alertando que o período de garantia da obra está a decorrer e que urge pôr cobro ao que está a acontecer nas paredes exteriores. Alertou para uma rampa que foi feita em terra e pedra junto do poli-desportivo para permitir a subida de tratores e que urge tirar, dado que vem aí a época das chuvas que arrastarão as terras para a estrada. Perguntou para quando está previsto ser dado uso ao edifício que está construído na praça que foi construída aqui mesmo ao lado do edifício dos Paços do Município. -----

----- A Sr.^a Deputada Maria Gabriela Coutinho alertou para o abandono a que estão votados os canteiros das flores junto à Biblioteca Municipal e também para a necessidade de cuidar do espaço ajardinado na Casa dos Patudos, concretamente junto à rotunda da entrada sul de Alpiarça. -----

----- O Sr. Deputado Luís Miguel Sá Pereira chamou a atenção para uma infestação de baratas, se o Executivo Municipal já sabe do que se trata e se já tem alguma solução para o assunto. Frisou que a estrada municipal que vai da Quinta da Torre à Quinta à Lagoalva de Cima, está num tal mau estado de conservação que a torna praticamente intransitável e perguntou se o Executivo já tem solução para o problema. Frisou que não recebeu qualquer info-mail da Câmara Municipal dirigido à população, que não sabe de quem é a culpa e solicitou que lhos pudessem fazer chegar. Referindo-se a uma sessão anterior, em que chamou a atenção da necessidade de limpeza de algumas ruas, opinou que era importante que não se ligasse tanto se a oposição possui ou não fotografias de ruas pouco limpas e se passasse efetivamente à limpeza das mesmas. ----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago perguntou se havia alguma razão válida para que esta sessão se realizasse a um segunda-feira e não à sexta-feira, frisando que no mandato anterior as sessões da Assembleia Municipal se realizaram sempre às sextas-feiras, com a exceção de uma única vez e devidamente fundamentada, e que este ano não há um critério e ninguém sabe a que dia se realizará a próxima sessão e lamentou que se obriguem pessoas que amanhã vão trabalhar, não tenham as suas normais horas de sono, tal como as vão ter alguns elementos da Mesa, que são pessoas desocupadas e podem levantar-se às horas que bem entenderem. Achou por bem que se chamassem os líderes e que se combinasse o melhor dia para realizarem as assembleias ou então que democraticamente os membros da mesma sejam chamados a votarem no mesmo sentido. Disse que pela sua parte, independentemente do

4/22

resultado que se obtiver, para a continuação ou não dos trabalhos, irá abandonar os mesmo à meia-noite. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro disse que foram notórias as melhorias introduzidas na Alpiagra, considerou positivo trazer cá um programa de televisão, e que a nossa feira tem potencial para alargar os seus horizontes e deixar de ser apenas uma feira regional. Chamou a atenção para a degradação e falta de limpeza dos balneários do estádio municipal, afirmando que têm surgido queixas não só por parte dos nossos atletas mas também de quem nos visita. Chamou também a atenção para as ervas que crescem nos espaços ajardinados da Casa dos Patudos, que já atingiram mais de metro e meio, sendo lamentável que durante todo o mês de Agosto, que é um mês de muito turismo, estas ervas terem crescido sem nunca terem levado um corte e seria bom que esta situação não voltasse a acontecer. Sobre o lixo, opinou que o mesmo abunda em Alpiarça, principalmente na zona perto da Igreja onde há muito comércio, inclusive um supermercado e que deveria haver um maior cuidado, porque há muitos dias em que o lixo já é colocado fora dos contentores. -----

----- O Sr. Deputado Tiago Rodrigues começou por dizer que é a primeira vez que está nesta Assembleia como Deputado e que tinha duas situações que queria chamar a atenção, sendo a primeira um poste de betão na Escola Abel Avelino, que se encontra partido e seguro com uma cinta ao gradeamento da escola, sendo um espaço por onde circulam centenas de crianças. Chamou também a atenção para a ciclovia que tem zonas invadidas com terra e pedras vindas da propriedade vizinha que pertence à Cooperativa Agroalpiarça. Questionou ainda como se iria processar a inscrição das famílias numerosas para poderem obter o eventual desconto em IMI. -----

----- O Sr. Deputado Marco Silva referiu-se apenas à Feira do Melão e à Alpiagra, considerando que são dois eventos importantes para a nossa terra e que este ano sofreram consideráveis melhorias que é sempre bom realçar, esperando que para o próximo ano o Executivo possa continuar a investir nos mesmos. -----

----- Concluídas as várias intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal respondendo ao senhor Sr. Deputado Mário Santiago, disse que não havia da sua parte qualquer ação premeditada para que as sessões desta Assembleia se realizassem em dias úteis que não à sexta-feira, como é habitual. O que aconteceu é que foi marcada para a sexta-feira passada, dia em que supostamente se realizaria a Assembleia, a

5/22

cerimónia da entrega dos diplomas pela parte do Agrupamento de Escolas de José Relvas e na impossibilidade do Agrupamento adiar a cerimónia, optou-se por marcar a Assembleia para hoje, até porque não há na Lei nem do Regimento nada que obrigue as assembleias a realizarem-se à sexta-feira, embora seja este o dia, em que sempre que possível, elas se realizarão. Quanto à reunião de líderes aludida pelo Sr. Deputado Mário Santiago, o Sr. Presidente da Assembleia informou que é uma norma que já não consta do Regimento, porque convocou várias vezes os líderes para uma reunião antes da realização das sessões e o líder da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), nunca apareceu nem se dignou apresentar qualquer explicação para a sua não comparência. Acrescentou que a marcação das sessões é da competência da Mesa, a não ser que introduzam uma alteração ao Regimento para que a data das sessões seja escolhida de outra forma, mas por ora será sempre a Mesa a marcar as sessões. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, cumprimentou os presentes e saudou em particular o Sr. Deputado Tiago Rodrigues que está pela primeira vez nesta sala como Deputado municipal. Acrescentou que iria procurar responder sucintamente às questões colocadas pelos senhores deputados municipais. -----

----- Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Daniel Coelho, informou que o problema com que nos deparamos ao nível da pintura exterior do auditório da Casa dos Patudos, advém da solução que se adotou, ao ter mantido os tijolos que faziam parte da parede original. É um assunto que está a ser tratado, tendo já cá estado presentes, o arquiteto autor do projeto, o empreiteiro da obra e o responsável pela marca de tintas, que estão a estudar a melhor solução para o problema, sendo que o edifício faz agora dois anos que foi reabilitado. Relativamente à rampa que está junto ao complexo desportivo disse que é uma situação extraordinária que tem servido para a passagem de tratores para cargas e descargas e tem de ser encontrada uma solução alternativa. Quanto ao edifício frente aos Paços do Município que foi inaugurado há cerca de dois anos, aquando do termo das obras do parque de estacionamento e da Praça do Município, houve um protocolo de cedência à ARPICA para ali instalar um Centro Comunitário, que advinha de um projeto de apoio comunitário, porém essa solução estava dependente de apoio e aprovação da Segurança Social, que até à data não deu qualquer resposta. Portanto se ali não for

instalado o Centro Comunitário terá de avançar para outro caminho, que ocupe e dinamize aquele espaço. -----

----- Em relação às observações feitas pela Sr.^a deputada Maria Gabriela Coutinho referiu que há muita dificuldade em manter todos os espaços ajardinados nas condições ideais, porque os meios humanos, principalmente no exterior têm vindo a diminuir e são cada vez mais escassos, sendo uma realidade que tem sido aqui exposta em quase todas as assembleias municipais e vai-se fazendo o que é possível com os meios que a autarquia vai dispondo. -----

----- Sobre as questões colocadas pelo Sr. Deputado Miguel Sá Pereira informou que não tem conhecimento da praga de baratas, ou se existiu o assunto já está resolvido porque não recebeu qualquer feedback do Sr. Vereador do respetivo pelouro e quanto à estrada para a Lagoalva, concordou que na realidade é uma estrada que precisa de manutenção e que tem alguns pontos críticos, mas que não está intransitável e que só poderá ser recuperada através da ajuda de fundos comunitários, porque a câmara não tem meios de repavimentar a estrada com meios próprios. Sobre as questões do lixo disse que é um tema redundante em todas as reuniões de Câmara e de Assembleia, opinou que temos uma vila limpa e que os assuntos abordados são sempre os mesmos. Ultimamente é o lixo, o lixo, o lixo e agora a estrada da Lagoalva, sinal que não há questões mais graves para resolver. -----

----- Sobre as questões colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Sardinheiro, disse concordar com o que foi dito pelo mesmo relativamente à Alpiagra, já em relação aos balneários, ao lixo que abunda em Alpiarça e às ervas que crescem junto ao Museu, disse serem temas recorrentes aos quais já respondeu anteriormente. -----

----- Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Tiago Rodrigues, informou que o poste que está na escola Abel Avelino, é uma situação que está por resolver mas que o mesmo não está a exercer força sobre o gradeamento, e que de qualquer forma é uma situação que tem de ser corrigida, mas que não oferece perigo. Informou que a limpeza da ciclovia era um assunto que deixava para o vereador Carlos Pereira que neste momento está de férias. Quanto ao IMI informou que não há necessidade das pessoas se inscreverem, é uma situação que a máquina fiscal faz de forma automática e o município só tem que comunicar às finanças até 30 de Novembro se aprovou ou não esse tipo de desconto e qual a percentagem. -----

----- Sobre as referências feitas pelo Sr. Deputado Marco Silva à Alpiagra e ao Festival do Melão, referiu que estava inteiramente de acordo com elas. -----

----- De seguida usou da palavra o vereador João Arraiolos para responder à questão colocada pelo Sr. Deputado Daniel Coelho sobre o vidro do Posto de Turismo que se encontra partido, informando que foi uma situação em que houve alguma dificuldade no apuramento de responsabilidades, porque o vidro está numa área comum e houve necessidade de entendimento com a administração do condomínio, neste momento já foi feita a participações ao seguro e disse esperar que dentro de pouco tempo o assunto esteja resolvido. Quanto aos balneários, informou que já se sabe que são velhos, mas que no mínimo são limpos três vezes por semana, às segundas, quartas e sextas. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara pediu para intervir, afirmando que reconhece toda a legitimidade aos eleitos municipais para falarem do lixo, das ervas, da limpeza. Que este é um dos locais para abordar essas situações, mas esperava que a Assembleia Municipal desse um bocadinho mais, sobretudo os deputados das forças políticas em oposição, que dessem um bocadinho mais e não se ficassem por este nível de registo, em que se fala de democracia, sistemática e demagógicamente, mas depois quando se chega aos locais onde se discute política a sério, onde se deve falar de futuro, de desenvolvimento e dos caminhos para o nosso concelho, nos limitemos a falar exclusivamente de lixo, de ervas e da sessão à segunda-feira. Considerou que isto é de uma pobreza ao nível da discussão política que não imaginava que fosse possível em Alpiarça, sendo como é uma terra democrática, de democratas, uma terra em que as pessoas mesmo com pouca instrução formal conseguiram auto-instruir-se, criar consciência social, política e de classe e conseguiram intervir politicamente nos tempos em que isso era muito difícil. E agora quando vivemos em democracia, em liberdade, quando estamos numa Casa da Democracia, estamos no Poder Local Democrático, disse esperar que se discutisse política a sério. Frisou que o Presidente da Câmara esperava isso, e considerou que a bancada da CDU está perfeitamente preparada para isso e que esperava que os deputados em oposição viessem preparados para discutir outros temas e política a sério, que se inteirassem do que se passa no país e noutros concelhos e freguesia e que discutissem numa base séria e não falassem só e apenas do mesmo. Concluiu a sua intervenção aconselhando a oposição a não passar o tempo

8/22

a dizer mal do município, a denegrir o que temos aqui de melhor, e que esta forma de atuar não dignifica a Assembleia Municipal de Alpiarça e não dignifica uma terra da liberdade e da democracia. -----

----- A Sr.^a Deputada Maria Gabriela Coutinho disse que se estava a sentir ofendida, e que agora o Sr. Presidente da Assembleia tinha de a deixar falar, ao que este respondeu que não deixava falar a senhora Deputada nem o senhor Presidente da Câmara, que dava por encerrado este período e concedia um intervalo de dez minutos.

----- Após o intervalo o Sr. Presidente da Assembleia informou que iria dar início ao período seguinte, começando por sugerir que o 3.º Ponto da Ordem do Dia passasse de imediato à apresentação, discussão e votação por estarem presentes as técnicas: Inês Empis e Joana Eusébio, que iriam prestar os necessários esclarecimentos sobre o mesmo, sugestão que foi aceite por todas as bancadas. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**Ponto 3 - Apreciação e votação da Proposta de Deliberação sobre Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana (ARU) 3 de Alpiarça - Proposta de Deliberação – Município de Alpiarça.**-----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que o procedimento que vamos ter para a ARU 3, já foi tido também para a ARU1, a Área de Reabilitação Urbana mais antiga e mais coincidente com o centro urbano mais antigo e mais consolidado, o centro histórico da vila de Alpiarça. Para apresentar esta proposta informou que estavam connosco a arquiteta Inês Empis da CIMLT e a Dr.^a Joana Eusébio, dos nossos Serviços Municipais, que iriam fazer a apresentação do diagnóstico e caracterização da área de reabilitação urbana 3, que serviu de base para a elaboração do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU 3, em aprovação nesta sessão. -----

----- Para esclarecimento dos senhores deputados e demais munícipes presentes foi feita uma breve apresentação de algumas variáveis que integraram o estudo e caracterização desta ARU, e que serviram para fazer um diagnóstico e definir uma estratégia para esta área. Foram apontados alguns objetivos e estratégias municipais, no âmbito da reabilitação urbana, tais como fixação de residentes, atividades

económicas e turismo, assim como uma aposta na dinamização do arrendamento de forma a minimizar o problema de degradação do edificado. -----

----- Um dos pontos, também referidos pela equipa técnica foram os 3 projetos estruturantes definidos, os quais, e sendo edifícios públicos poderão beneficiar de programas de financiamento europeu, nomeadamente os edifícios e propriedade ocupada pela AgroAlpiarça, a qual poderia ser reconvertida numa área de produção de atividades artesanais locais; os edifícios das escolas EB1/JI, através da utilização de fundos energéticos, com intervenção nos isolamentos de paredes, caixilharia, para a melhorar a eficiência energética da escola e certificá-la; criação de bolsas de estacionamento em terrenos vazios na Rua José Relvas, procurando minimizar os problemas de estrangulamento de trânsito provocada na maioria das vezes pelo estacionamento em segunda fila. -----

----- As técnicas apresentaram ainda os benefícios fiscais decorrentes da delimitação da área de reabilitação urbana, e conseqüente reabilitação do imóvel, nomeadamente isenção de IMI, isenção de IMT, redução de IVA para 6% em obras de reabilitação por empreitada. Foram ainda enumerados para além destes benefícios fiscais os programas de apoio financeiro, tais como o Fundo Jessica, que funciona como um subsídio reembolsável de um crédito bancário a taxas mais acessíveis, com um prazo de reembolso de 20 anos e um investimento mínimo de 100 000 mil euros; Programa de Financiamento Europeu, que ainda se encontra em finalização; Programas de Incentivo ao arrendamento em imóveis reabilitados – Reabilitar para Arrendar, com um regime de renda condicionada, destinada agora também aos privados, e o Fundo de Eficiência Energética, que apoia projetos deste teor. -----

----- Após esta apresentação foram colocadas algumas questões pelos senhores deputados presentes, a que a equipa técnica deu as necessárias respostas. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro questionou o facto da delimitação da ARU's ser muito limitativo, pois segundo seu entendimento os edifícios não integrados nas ARU's não beneficiariam de vantagens fiscais e fundos de apoio. Colocou a questão sobre a hipótese de existir alguma medida de exceção para estas situações, assim como se se pretendia alargar as ARU's e qual o critério tomado para a delimitação das existentes. -----

----- Em resposta a estas questões foi esclarecido que os critérios considerados para a delimitação inicial foram a ARU corresponder a uma zona consolidada e degradada. Quanto à questão da limitação que a delimitação das ARU's possa causar foi esclarecido que qualquer edifício com mais de 30 anos, fora da ARU pode usufruir dos benefícios dos edifícios integrados nas ARU's, ou seja a delimitação de uma ARU pode corresponder um um só edifício desde que devidamente fundamentado. -----

----- A Sr.^a Deputada Maria Gabriela Coutinho questionou se todos estes benefícios, quer fiscais, quer fundos de apoio financeiro apenas se destinavam ao sector público. Foi elucidada de que existiam muitos apoios a privados, quer benefícios fiscais, quer fundos de financiamento como por exemplo o Programa Jessica, e agora mais recentemente alargado aos privados os Programas do Reabilitar para Arrendar. -----

----- O Sr. Deputado Miguel Sá Pereira questionou um dos projetos estruturantes, que apontavam para a criação de bolsas de estacionamento na Rua José Relvas. Apesar de achar uma boa medida considera que não soluciona o maior problema deste arruamento, que é o excesso de velocidade que os veículos aqui atingem, sobretudo à noite. À semelhança do Sr. Deputado Paulo Sardinheiro questionou se os edifícios não integrados nas ARU's não beneficiariam de vantagens fiscais e fundos de apoio à reabilitação urbana. -----

----- Em resposta à primeira pergunta foi esclarecido que, de facto existe um problema de excesso de velocidade na Rua José Relvas, mas a criação de bolsas de estacionamento foi pensada para solucionar o problema do estacionamento em segunda fila nesta via e, simultaneamente para dar uso e ocupação aos terrenos vazios. -----

----- O Sr. Deputado Tiago Rodrigues faz algumas considerações e questões relacionadas com o facto de achar que as ARU's deveriam ser mais extensas, por forma a beneficiar mais proprietários. Colocou questões sobre o quadro que apresentava os custos totais para a reabilitação dos edifícios públicos integrados na ARU3, e questionou como podíamos concluir que a criação das ARU's e a reabilitação urbana poderiam contribuir para um crescimento do turismo local. -----

----- Às questões colocadas foi respondido que neste momento já existem 3 ARU's mas que existem situações de exceção, como já foi referido anteriormente. Quanto ao quadro apresentado com os custos de reabilitação a equipa técnica explicou que se tratam de custos médios indicativos por metro quadrado e por tipo de intervenção

11/22

necessária, e que os 7 milhões de euros era um custo total para a reabilitação ideal dos edifícios públicos que existem na ARU 3. -----

----- Relativamente à questão do turismo foi explicado que o Turismo não pode ser pensado localmente, e nunca para uma área tão restrita como uma ARU, mas sem dúvida, que com a reabilitação dos edifícios e da melhoria da imagem urbana do concelho, conciliando pontos, fortemente turísticos de Alpiarça seria possível contribuir para o crescimento do sector do turismo. -----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago felicitou a apresentação, mas considerou que este exaustivo trabalho poderá ser um pouco inglório, devido aos fracos resultados práticos do mesmo. -----

----- A esta afirmação foram apontadas pela equipa técnica algumas vantagens da delimitação das ARU's, nomeadamente que qualquer candidatura privilegia um edifício dentro de uma área de reabilitação urbana delimitada e fundamentada, e os benefícios e apoios existentes para quem reabilita. -----

----- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro felicitou a apresentação, assim como a equipa pelo seu trabalho, destacando a importância que o seu desenvolvimento, no momento atual é uma mais valia, pois o arrastar do tempo levaria a uma degradação maior do edificado. Foram ainda destacados os benefícios e incentivos que esta delimitação traz aos proprietários. -----

----- Esclarecidas estas questões foram colocadas, numa segunda ronda mais algumas perguntas pelos deputados Miguel Sá Pereira, Paulo Sardinheiro, Mário Santiago e Tiago Rodrigues. -----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago, e defendendo a sua primeira intervenção esclareceu que não duvida que hajam vantagens para quem pretende reabilitar, no entanto isso não impede que o edificado se continue a degradar e a ficar mesmo em ruínas até ser demolido ou cair por si, porque só efetivamente quem estiver mesmo interessado em reabilitar acabará por se socorrer destes programas, daí que tenha dito que felicita a ideia e o trabalho desenvolvido, mas teme que este trabalho exaustivo seja um pouco inglório, devido aos esperados fracos resultados práticos do mesmo.-----

----- O Sr. Deputado Miguel Sá Pereira volta a questionar sobre como um prédio fora da ARU pode beneficiar destes incentivos, e o que deve fazer. Respondendo a esta

pergunta foi mais uma vez explicado que uma ARU, desde que devidamente fundamentada pode corresponder a um só edifício. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro questionou como pode o munícipe usufruir destes benefícios, se existe apoio dado pela Câmara, qual o procedimento a tomar. ----

----- A equipa técnica explicou que o munícipe deve deslocar-se à Câmara para pedir uma certidão, que deverá entregar ao empreiteiro, em como o edifício está dentro da ARU para beneficiar, automaticamente do IVA a 6%. Para beneficiar da isenção do IMI e IMT deve pedir, na Câmara uma vistoria inicial, feita pela equipa da Câmara Municipal e da CIMLT, onde se atesta o estado de conservação inicial do edifício, e após reabilitação deve ser solicitada nova vistoria, sendo que com as obras de intervenção o estado de conservação do edifício tem de ter subido dois níveis de melhoria de intervenção. Mais foi informado que o munícipe também pode pedir à Câmara Municipal um parecer prévio para saber o que deve reabilitar para subir os dois níveis e usufruir destas vantagens. Quanto ao Programa Reabilitar para arrendar e o Programa Jessica os contactos são feitos, diretamente com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, e com a Caixa Geral de Depósitos e BPI, respetivamente, mas sempre com o apoio da Câmara Municipal, caso solicitado. -----

----- O Sr. Deputado Tiago Rodrigues volta a questionar sobre o facto de termos mencionado o Turismo integrado na ARU3, até porque grande parte do turismo em Alpiarça é feito noutros locais que não nesta área. -----

----- Em resposta a esta pergunta, já anteriormente mencionada foi reforçada a ideia de que a reabilitação urbana não tem por base o turismo mas a recuperação do edificado e da imagem urbana em geral, que permitirá torná-la mais atrativa ao turista, e daí que um dos pontos estratégicos se fixarem no Turismo. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente disse que para além de outras atividades do município que constam da informação escrita, queria destacar a realização do Festival do Melão e da Alpiagra, as Festas Populares do Casalinho, pela primeira vez em dezassete anos, as

13/22

Festas da Gouxaria e todos os eventos “Aqui ao Luar” levados a cabo pela Junta de Freguesia nos vários lugares do Concelho de Alpiarça, as Férias Desportivas, o OTL de Verão, que ocuparam várias dezenas de crianças, e que envolveram vários meios da autarquia, os Passeios para Idosos que ocorreram na Zona de Setúbal e que envolveram cerca de trezentos idosos. A nível financeiro informou que a dívida se encontrava reduzida em 3 milhões de euros, relativamente ao saldo apurado em 31 de dezembro de 2009, tendo-se reduzido 353.000 euros só desde a realização da última assembleia municipal, realizada a 24 de junho. -----

----- O Sr. Deputado Miguel Sá Pereira perguntou a que conclusões se tinha chegado na reunião realizada no dia 14 de Setembro, com a Agência Portuguesa do Ambiente, sobre os problemas que envolvem a Barragem dos Patudos. Chamou a atenção para o elevado número de intervenções mecânicas de manutenção e outras, de que são alvo as viaturas municipais, provavelmente devido à sua vetustez e perguntou se há intenções de se renovar o parque de viaturas. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro lamentou a forma injuriosa como o Sr. Presidente da Câmara se dirigiu aos deputados da oposição, dizendo que esperava mais dos deputados da oposição, incentivando-os a prepararem-se melhor para o debate político e trazerem para esta Assembleia temas nacionais e locais que melhor contribuíssem para o desenvolvimento de Alpiarça, quando é sabido que nenhuma das propostas para o desenvolvimento de Alpiarça, apresentadas pelo vereador do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) chegou sequer a ser discutidas em reuniões de câmara. Criticou também a postura do Sr. Presidente na entrevista que resolveu dar ao Jornal Alpiarcense no dia 28 de agosto último, em que em vez de traçar as grandes linhas para o futuro e para o desenvolvimento de Alpiarça, se limitou a dizer mal da oposição, tal como o fez já hoje. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara em relação aos assuntos que foram tratados na reunião com a Agência Portuguesa do Ambiente, adiantou que foram estudadas e equacionadas eventuais candidaturas para recuperação da Barragem dos Patudos e da Vala de Alpiarça, através do Fundo de Recuperação de Recursos Hídricos ou aproveitando o Quadro Comunitário Portugal 2020. Quanto às despesas de oficina com as máquinas e outras viaturas municipais, concordou que as despesas são elevadas e que já antes era assim, porque a idade média é avançada, mas que mesmo assim já te tem

procedido à aquisição de alguma maquinaria, inclusivamente para a limpeza pública, para a construção civil, para os Bombeiros Municipais e está-se a equacionar uma forma de financiamento para poder proceder a outras aquisições, que pode passar por um sistema de rendas, uma vez que não podemos aumentar o endividamento. Finalizou dizendo que grande parte do trabalho nas oficinas é feito por um único mecânico e com o apoio de outros trabalhadores colocados ali temporariamente. -----

----- Relativamente ao Sr. Deputado Paulo Sardinheiro, o Sr. Presidente frisou que não fez nenhuma declaração injuriosa perante os senhores deputados da oposição, procurou sim elevar o nível de discussão, porque se os problemas em Alpiarça são de tal ordem, para que nas redes sociais e na blogosfera se esteja constantemente a denegrir a imagem do Executivo e do Município e depois aqui onde esses problemas devem ser tratados, a única coisa que se fala é de lixo, de ervas e do dia a que se realiza a Assembleia Municipal. Disse ainda que a oposição deve entender porque foi aqui feita essa chamada de atenção e por maioria de razão, quando se procura passar aqui uma imagem de falta de democracia, que não corresponde à verdade. Quanto às propostas apresentadas pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), elas acabaram por ser discutidas aquando da sua entrega e podem ser sempre abordadas nesta Assembleia se os deputados assim o entenderem. Quanto à entrevista ao Jornal “O Alpiarçense” disse que respondeu ao que lhe perguntaram e disse o que pensava sobre o papel que têm alguns elementos que integram a oposição política em Alpiarça. -----

----- Marco Silva aproveitou a segunda ronda de intervenções para enaltecer os eventos “Aqui ao Luar” levados a cabo pela Junta de Freguesia, não só na sede de concelho mas também nos vários lugares, opinando que são este tipo de atividades de proximidade com as populações que devem ser apoiadas e valorizadas, até porque as entradas são livres e pode participar quem quer. Lamentou que a oposição desvalorize completamente este tipo de eventos. -----

----- **Ponto 2 - Apreciação e votação da Proposta de deliberação sobre a Aprovação Final da Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana (ARU) 1 de Alpiarça - Proposta de Deliberação. Município de Alpiarça.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que a ARU 1 está numa fase muito mais adiantada e vem aqui para obter a aprovação final, porque já foi submetida a discussão pública e o IRU já se pronunciou favoravelmente e na reunião de Câmara este ponto foi aprovado para unanimidade. Após a aprovação será publicado em Diário da República.

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro disse ter estado presente na sessão de apresentação desta ARU realizada num local um pouco inóspito, num patamar junto a uma escadaria no Bar da Música, e que depois de feita a apresentação várias pessoas estiveram ali durante uma hora a debater o tema e a fazerem perguntas às técnicas e essa situação foi completamente ignorada no Relatório feito pelas mesmas, no qual é referido que não houve propostas apresentadas na discussão pública. Opinou que o trabalho está bem feito mas que a eficácia prática deixa muito a desejar. -----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago considerou que foi pouca a documentação que lhe foi entregue, porque no questionário que em tempos lhe foi pedido ele respondeu que gostaria de receber a documentação em papel, que o Sr. Presidente da Assembleia disse que era uma situação que iria corrigir e já por duas vezes lhe enviaram a documentação em CD, quando o seu portátil já nem leitor de CD possui e como tal disse não estar em condições de votar contra ou a favor pelo que provavelmente se iria abster. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara contrapôs que o Sr. Deputado Paulo Sardinheiro deve estar a fazer confusão, porque o Relatório a que faz referência, diz respeito ao período a que o documento esteve em discussão pública e não ao dia em que foi feita a apresentação pública da ARU 1 de Alpiarça na S. F. A. 1.º de Dezembro, que o Sr. Presidente da Câmara também considerou que não é um local inóspito. E na realidade durante o período em que esteve em discussão pública não foi apresentada qualquer proposta. -----

----- Quanto às questões levantadas pelo Sr. Deputado Mário Santiago, o Sr. Presidente da Câmara opinou que se fosse com ele e tivesse detetado a falta de algum documento teria entrado em contacto com os serviços municipais e teria pedido o que achasse que estava em falta, se o Sr. Deputado não o fez, não tem desculpa nenhuma. -----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago frisou que não foi bem entendido e que nem sequer criticou o Presidente da Câmara ou os serviços municipais. Disse que há um Regimento que tem de ser cumprido e há pessoas que nem computador têm e

necessitam da documentação em suporte de papel e que por várias vezes já aconteceu serem remetidos CD's em vez de papel aos deputados. Se isso tivesse acontecido só uma vez, então aí sim, telefonava-se e pedia-se a documentação, agora assim não, porque é uma situação recorrente. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado por maioria com dez votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), dois votos a favor dos Srs. Deputados Miguel Sá Pereira e Daniel Coelho, da bancada do PS, um voto a favor do Sr. Deputado Paulo Sardinheiro da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e três abstenções por parte do Sr. Deputado Tiago Rodrigues da bancada do PS e dos Srs. Deputados Mário Santiago e Maria Gabriela Coutinho, da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) -----

----- **Declarações de votos:** O Sr. Deputado Mário Santiago declarou ter-se abtido pelas razões já apontadas, ou seja não dispôs de documentação suficiente que lhe permitisse votar conscientemente, tanto a favor como contra. O Sr. Deputado Tiago Rodrigues declarou ter-se abtido em virtude de não ter participado anteriormente em qualquer discussão sobre a matéria em apreço. A Sr.ª Deputada Ana Paula Matias, em nome da bancada da CDU-PCP/PEV, declarou que a sua bancada votou favoravelmente, não só por estarem de acordo com a proposta, mas também por considerarem que a documentação que lhes foi enviada era bem explícita e suficiente. -----

----- **Ponto 4 - Apreciação e votação de reconhecimento do interesse Público Municipal para exploração da Atividade Pecuária – criação de cavalos “Lusitanos d'Atela” - Informação n.º 34/2015 de 21 setembro – GT – Eng. José Portugal.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara disse tratar-se de solicitar à Assembleia Municipal que aprove o reconhecimento do interesse Público Municipal para exploração da Atividade Pecuária – criação de cavalos “Lusitanos d'Atela”, exploração essa que funciona há mais de vinte anos, mas que não está legalizada em virtude conflitar com com o nosso PDM e que por interesse do proprietário vem aqui a solicitação desta Declaração de Interesse Público, para que consiga legalizar aquela exploração e mantê-la ao serviço do nosso município, com a manutenção dos postos de trabalho e o respetivo retorno financeiro. --

----- A Sr.ª Deputada Maria Gabriela Coutinho disse que logo que recebeu a documentação procurou inteirar-se sobre a situação e leu com a atenção toda a informação técnica assinada pelo Sr. Eng.º Vaz Portugal, tendo retido o seu ponto

17/22

D.2.1.3., que diz o seguinte (SIC)“Pese o facto de na Memória Descritiva (MD) não ser feita qualquer referência a eventuais estratégias de desenvolvimento da exploração (entenda-se ser um aspeto negativo da caracterização), o local desta dispõe de excelentes condições para poder constituir no âmbito desta atividade um potencial polo de maior dinamismo e atratividade que permitam complementar a atual atividade com outras polivalências no âmbito do turismo; do recreio e de lazer (atividades possíveis nos termos do art.º 18.º n.º 7 do regulamento do PDM) em complemento com a área e complexo da Albufeira dos Patudos vizinha” e também “Em conclusão: Do todo o exposto e verificados os pressupostos e fundamentos assumidos em pontos anteriores para sustentar o Reconhecimento do Interesse Público Municipal da ação, submeto à CM para, se assim o entender, deliberar quanto ao reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização e manutenção desta exploração em Alpiarça e remeter a mesma a deliberação da Assembleia Municipal no igual sentido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal da regularização e manutenção desta exploração em Alpiarça”. Após a leituras destas partes da informação técnica, a Sr.ª Deputada disse ter concluído que a exploração está situada na REN - Reserva Ecológica Nacional e na RAN - Reserva Agrícola Nacional, em conflito com o PDM, à espera que haja uma alteração ao PDM para que fique legalizada. Disse assustá-la um bocado estar a dizer que a exploração é do interesse público, quando estão em causa estas nuances e esta conflitualidade e como tal gostaria de ter mais informações para poder votar em consciência. -----

----- **PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS PARA ALÉM DAS 24:00 HORAS** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal ao abrigo do n.º 1 do art.º 13.º do Regimento e dado terem sido atingidas as 24:00 horas, interrompeu a discussão do ponto e pôs à consideração do plenário o prolongamento dos trabalhos. Procedendo-se a votação, o avanço dos trabalhos foi aprovado por maioria, com dez votos a favor por parte da bancada da CDU-(PCP/PEV), com um voto a favor do Sr. Deputado Daniel Coelho, da bancada do PS, com duas abstenções dos Srs. Deputados Miguel Sá Pereira e Tiago Rodrigues, também da bancada do PS e três votos contra por parte da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- Neste momento o Sr. Vereador Francisco Cunha levantou-se e informou que iria ausentar-se da sala e abandonar os trabalhos, por amanhã ser dia de trabalho. -----

----- **Declarações de voto:** O Sr. Deputado Mário Santiago declarou que votou pela não continuidade dos trabalhos, além da meia-noite, pelas razões aludidas numa declaração de voto escrita que passou a ler: “Ter compromissos profissionais inadiáveis que não me permitem continuar e abdicando do tempo de repouso necessário à minha

recuperação física e psíquica necessária à boa execução desses compromissos. A atual evolução dos trabalhos não prevê ou antevê que os trabalhos terminem a horas consideradas adequadas para que os eleitos representem condignamente a população. A manifestação e visível capacidade da Mesa da Assembleia em gerir o andamento dos trabalhos. O desrespeito, pela forma como o Presidente da Câmara se dirige aos deputados da oposição, insistindo no registo da retórica ofensiva e nada positiva numa sã relação das forças democráticas neste órgão. Face ao exposto informo a Mesa que não continuarei para além desta hora”. Lida a declaração o signatário abandonou a sala. O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro disse que acompanhava o seu colega de bancada pelas mesmas razões alegadas na sua declaração de voto, tendo abandonado a sala. A Sr.ª Deputada Maria Gabriela Coutinho, informou que iria seguir os passos dos seus colegas de bancada, e que abandonaria a sala porque sempre votou contra os trabalhos para além da meia-noite. O Sr. Deputado Tiago Rodrigues disse que se absteve na votação da meia-noite porque é a primeira vez que participa numa Assembleia, e que estranhava a alteração feita ao Regimento e lamentou ter-se acabado com a reunião de líderes só porque o líder da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) nunca tenha comparecido às reuniões para as quais foi convocado. -----

----- O Sr. Deputado João Pedro Silva disse que votou a favor por faltarem apenas dois ou três pontos, que se antevê serem de aprovação rápida e que era evitável o triste espetáculo que a bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) fez aqui hoje, quando é sabido que um dos elementos já foi Presidente desta Assembleia e chegou a prolongar as mesmas até às quatro da manhã.-----

----- Continuando na discussão do ponto, o Sr. Presidente da Câmara informou que não há aqui nenhuma ilegalidade e que a exploração já está ativa há vinte e sete anos, que apanhou o mandato da Sr.ª Deputada Maria Gabriela Coutinho quando esta cá foi vereadora pelo PS, e trata-se apenas por razões económicas, até porque a sede da empresa terá de passar para Alpiarça, de declarar esta exploração como sendo do interesse público de Alpiarça. Não há qualquer problema em fazer esta declaração, porque a partir daqui o processo ainda passa pelo ministério da tutela e pelo Conselho de Ministros que aprovará ou não o que aqui e agora for decidido. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado por unanimidade com dez votos a favor da bancada

da CDU-(PCP/PEV) e três votos a favor da bancada do PS e as ausências dos três elementos da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **Ponto 5 - Apreciação e votação do regulamento para atribuição de bolsas de estudo para estudantes do ensino superior do concelho de Alpiarça.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que esta proposta foi aprovada em Reunião da Câmara Municipal e vem no seguimento de adequar este Regulamento à nova realidade, porque durante vários anos e desde que a CDU detém o Executivo Municipal, as dez bolsas de apoio aos estudantes do Ensino Superior previstas chegaram e sobraram para todos os candidatos e no ano escolar transato ficaram três estudantes de fora, porque foram treze os estudantes que se candidatam e ficaram em condições de lhes ser atribuída a bolsa, mas só dez puderam auferir da mesma, tendo de se aplicar critérios de desempate. Com esta alteração agora proposta não se corre esse risco e todos perceberão a bolsa a que tiverem direito, uma vez que a Câmara ficará mandatada a prover as verbas necessárias à sua efetivação. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos corroborou as palavras do Sr. Presidente dizendo que este Regulamento já existe desde 2010, mas que nos últimos anos se tem notado um aumento de candidaturas a estas bolsas de estudo. Assim de forma a abranger todas as candidaturas de estudantes em que os rendimentos do seu agregado familiar fiquem abaixo dos 70% do rendimento mínimo mensal garantido e foram criados três escalões de atribuição. Sendo o 1.º escalão para agregados familiares com rendimentos até 30% desse rendimento, com uma ponderação de 1.25, o 2.º Escalão para rendimentos entre os 30 e os 50%, com uma ponderação de 1.00 e 3.º escalão entre os 50 e os 70%, com uma ponderação de 0.75%. Segundo o vereador, esta alteração vai permitir-nos apoiar todos, com critérios de diferenciação e com um pouquinho mais para quem mais precisa

----- O Sr. Deputado Daniel Coelho opinou que baseando-se a análise de rendimentos naquilo que as pessoas declaram em sede de IRS e não havendo uma análise aos bens da família e a sinais exteriores de riqueza, é certo e sabido que se irão aparecer injustiças. --

----- O Sr. Vereador João Arraiolos concordou que essa tem sido uma luta mesmo em termos nacionais na implementação da legislação e que resvala em situações dúbias. Acrescentou que os critérios são os mais objetivos possíveis e para além da declaração de rendimentos têm sido pedidas declarações de posse de património aos candidatos, e

20/22

quando o património é muito elevado em relação aos rendimentos que demonstra, já tem acontecido a não atribuição de Bolsas de Estudo. Mas há que ter em conta, que embora haja por vezes sinais exteriores de riqueza, quando se vai a analisar os bens do declarados, nem as viaturas nem as habitações são dos agregados familiares, daí que haja a maior base objetiva possível. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado por unanimidade com dez votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV) e três votos a favor da bancada do PS e as ausências dos três elementos da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **Ponto 6 - Discussão e votação das atas da Assembleia Municipal de 24 de Abril, 30 de Abril, 29 de Junho e 15 de Julho de 2015.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia pôs à discussão as três atas em epígrafe. Verificaram-se as intervenções das senhoras Deputadas Paula Matias e Fernanda Cardigo com correções pontuais e do Sr. Deputado Marco Silva que criticou a redação da ata de 29 de Junho de 2015, por não conter a intervenção do Sr. Deputado Mário Santiago e a sua própria resposta, aquando da discussão da continuidade dos trabalhos quando foi atingida a meia-noite e como tal teria de votar contra a ata. -----

----- **Votação do Ponto:** Ata de 24 de Abril de 2015, aprovada por unanimidade com dez votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV) e três votos a favor da bancada do PS e as ausências dos três elementos da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Ata de 30 de Abril de 2015, aprovada por unanimidade com dez votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV) e três votos a favor da bancada do PS e as ausências dos três elementos da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Ata de 29 de Junho de 2015, retirada. Ata de 15 de Julho de 2015, aprovada por unanimidade com dez votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV) e três votos a favor da bancada do PS e as ausências dos três elementos da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **Ponto 7 - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- A Sr.ª Deputada Paula Matias apresentou e leu uma Saudação ao Clube Desportivo «Os Águias» de Alpiarça, a toda a sua direção, a todos os atletas e equipa

técnica de triatlo que vai estar presente no Primeiro Campeonato Europeu de Clubes de Triatlo, que se disputará no dia 4 de Outubro de 2015, em Nice (França). -----

----- **Votação do Ponto:** A saudação foi aprovada por unanimidade com dez votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV) e três votos a favor da bancada do PS e as ausências dos três elementos da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- Em virtude de estar ausente quem a defendia, o Sr. Presidente da Assembleia informou que seria retirada a proposta de Voto de Louvor à GNR de Alpiarça, apresentada pela bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **2.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor munícipe Manuel José Raposo que usou da palavra para lamentar que ultimamente não tenham sido afixados Editais na vitrine do C.D. «Os Águias» a informar a população sobre a convocação das Assembleias Municipais e como desconhecia a sua existência não compareceu nas últimas três Assembleias. Solicitou ainda a possibilidade dos eleitos falarem mais alto, uma vez que há uma certa dificuldade de se fazerem ouvir na plateia. -

----- O Sr. Presidente da Assembleia respondeu que tem quase a certeza que todos os editais têm sido afixados, se algum não o foi, pediu desculpa ao Sr. Município, informando-o que os Editais da Assembleia para além de serem afixados nos lugares públicos do costume, são igualmente publicados no Site do Município. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

----- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eram zero horas e quarenta e quatro minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata, se lavrou minuta da presente ata, que foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____